



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA 7 A 11 DE JULHO DE 2025

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (08/07)

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Discussão do PLDO para 2026 pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (art.84, Res.1/2006-CN)

Resultado: Realizada.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados

Terça-feira (08/07), 13h55 / Pauta divulgada após envio da Agenda

REQ 2064/2025 - Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 4.635/2024.

Explicação: o projeto em questão prorroga, até 31 de dezembro de 2030, os benefícios tributários relativos às Taxas de Fiscalização de Instalação e Funcionamento, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) incidentes sobre as estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina.

Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

Resultado: Aprovado.

REQ 2529/2025 - Requer, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 128/2025, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Autor: Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL)

Resultado: Aprovado.

REQ 2648/2025 - Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 847, de 2025.

Explicação: o projeto em questão dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para aprimorar a destinação de recursos do Fundo.

Autor: José Guimarães (PT/CE)

Resultado: Aprovado.

Terça-feira (08/07)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Impactos das altas coparticipações e da crise no financiamento estudantil

Resultado: Realizada.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / *Incluída após envio da Agenda*

Audiência Pública - Tema: Debater o [Projeto de Lei 4.939/2020](#), que dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo.
Resultado: Realizada.

PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA"

Audiência Pública e Deliberação - Tema: Proteção de direitos fundamentais e novas tecnologias
Resultado: Realizada.

REQ 94/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023), com o tema "Impactos Psicológicos da Inteligência Artificial Generativa".
Convidados:

- Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Representante da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP);
- Christian Ingo Lenz Dunker, Universidade de São Paulo (USP);
- Emília Estivalet Broide (PUC-SP);
- Flávio Pereira Kapczinski, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Jorge Moll, Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (IDOR);
- Ana Karla Silva Soares, Psicologia (UFMS);
- Laura Soares, Conselho Federal de Psicologia (CFP);
- Laisa Marcorela Andreoli Sartes, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop/CFP);
- Leonardo Fernandes Martins, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio);
- Ricardo Primi, Universidade São Francisco (USF); e
- Bruna Araújo de Castro Oliveira, Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Autor: Camila Jara (PT/MS)

Resultado: Aprovado.

REQ 95/2025 - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023), com o tema "Impactos dos Vídeos Criados por Inteligência Artificial em Sistemas Oficiais de Prova".
Convidados:

- Miriam Wimmer, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Diego Machado de Melo, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP);
- José Eduardo Krieger, Universidade de São Paulo (USP);
- Juliana Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Arthur Igreja, Especialista em tecnologia e inovação 6. Representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação;
- Representante do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Secretaria de Governo Digital; e
- Representante da Polícia Federal, Perícia Criminal em Cibercrimes.

Autor: Camila Jara (PT/MS)

Resultado: Aprovado.

REQ 97/2025 - Requer o aditamento do Requerimento nº. 17/2025, de minha autoria, que propõe a realização de audiência pública para debater o tema "Direitos Autorais e Inteligência Artificial: Desafios para o Marco Legal Brasileiro".
Convidados:

- Representante da Conexis Brasil Digital;
- Representante da Confederação Nacional dos Segurados (CNseg);
- Rony Vainzof, Conselheiro Titular do Conselho Nacional de Proteção de Dados e Privacidade;
- Conselheiro Titular do Comitê Nacional de Cibersegurança; e
- Consultor em Proteção de Dados da Fecomercio/SP).

Autor: Gustavo Gayer (PL/GO)

Resultado: Aprovado.

REQ 99/2025 - Requer a realização de audiências setoriais não contempladas pelo plano de trabalho apresentado pelo Relator:

- Desafios enfrentados por empresas na adequação às obrigações técnicas e jurídicas do PL 2338/2023 (REQ 2/2025);
- Impactos da regulação da IA no setor de saúde (REQ 4/2025);

- Impactos da regulação da IA no setor educacional (REQ 5/2025);
- Riscos à liberdade de expressão e de empreender na regulação da IA (REQ 9/2025); e
- Impactos da regulação da IA no setor agropecuário brasileiro (REQ 10/2025).

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 100/2025 - Requer Aditamento ao Requerimento nº 09/2025, para inclusão do seguinte convidado em audiência pública: Representante da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD).

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 101/2025 - Requer a realização audiência pública para debater o impacto da legislação de inteligência artificial nos municípios sob a ótica da proteção de dados. Para tanto, sugiro seja convidado o Senhor Rodrigo Henrique Luiz Corrêa, Secretário Municipal de Integridade da prefeitura do Rio de Janeiro.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 102/2025 - Requer a realização de reunião de Audiência Pública com o objetivo de promover um debate plural e qualificado sobre os impactos do uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) nas relações de consumo, com especial atenção aos desafios à Cibersegurança, privacidade de dados e direitos dos consumidores.

Convidados:

- João Lucas Melo Brasio, CEO Elytron Security;
- João Matos Filho, CEO e Analista Chefe de Segurança BUGSAFE; e
- Arthur Rollo, Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (IDEC).

Autor: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 103/2025 - Requer a realização de audiência pública para exposição e conhecimento de aplicações e casos relevantes de uso da inteligência artificial pelo Poder Público.

Convidados:

- Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativo à Resolução 615/2025 que estabelece diretrizes para o uso da IA no Poder Judiciário;
- Supremo Tribunal Federal (STF), relativo ao Chamamento Público 001/2023 sobre o desenvolvimento de protótipos de IA;
- Tribunal de Contas da União (TCU), relativo ao sistema ChatTCU;
- Câmara dos Deputados / Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, referente ao projeto Ulysses;
- Serpro / Centro de Excelência em Ciência de Dados e IA; e
- João Lima, Analista de Informática Legislativa no PRODASEN/Senado Federal.

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 106/2025 - Requer a inclusão dos seguintes convidados em audiências públicas para discutir os impactos da regulação da inteligência artificial.

Convidados:

- Renato Opice Blum, professor de Direito Digital, Proteção de Dados, Inteligência Artificial e Segurança da Informação no INSPER, ESPM, FAAP, EBRADI e Mackenzie;
- Felipe Galofaro, *Chief Operating Officer* (COO) e cofundador da Elytron Security S.A.;
- Representante da Cogna Educação;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO);
- Representante da Salesforce;
- Marcos Vinícius Barros Ottoni, Diretor Jurídico da CNSAÚDE;
- Gabriel Lameirinhas, COO da Tractian;
- Representante da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS); e
- Nelson Leoni, CEO da WideLabs

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 107/2025 - Requer inclusão de convidados em audiência pública no âmbito da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial - Projeto de Lei nº 2.338/2023 que dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana.

Convidados:

- Lucas Sato, da Organização Model Evaluation & Threat Research (METR);
- Renan Araújo, pesquisador brasileiro em governança de IA pelo Instituto de Política e Estratégia de IA (IAPS), que atua na Universidade de Oxford,

- Edson Prestes, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
- Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, professora da Universidade de São Paulo (USP); e
- João Paulo Candia Veiga, Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 108/2025 - Requer a realização de audiência pública para debater a atuação das empresas Big Tech no contexto da regulamentação da Inteligência Artificial.

Convidados:

- OpenAI – ChatGPT;
- Microsoft Brasil – Copilot;
- Google Brasil – Gemini;
- Meta Brasil – Meta AI; e
- X (antigo Twitter) – Grok

Autor: Helio Lopes (PL/RJ)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 109/2025 - Requer a inclusão de representante da Associação Brasileira de Internet (ABRANET) para Audiência Pública da Comissão Especial sobre a Inteligência Artificial (PL 2338/2023)

Autor: David Soares (UNIÃO/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 111/2025 - Requer inclusão dos seguintes convidados em audiência pública.

Convidados:

- Ricardo Campos, diretor do Legal Grounds Institute; e
- Patrícia Peck, PhD - Presidente do Instituto Peck de Cidadania Digital (IPCD).

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 114/2025 - Requer a inclusão de representante do Fórum de Proteção de Dados Pessoais dos Municípios na Audiência Pública destinada a debater o uso de inteligência artificial no serviço público e em infraestruturas críticas.

Autor: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 116/2025 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos da Inteligência Artificial na Segurança Pública.

Convidados:

- Pedro Diogo Carvalho Monteiro – Coordenador de pesquisa no Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN);
- Pablo Nunes – Coordenador-geral do Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC);
- Thallita Lima – Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- Representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Autor: Luizianne Lins (PT/CE)

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 118/2025 - Requer a inclusão de convidados em audiências públicas para discutir os impactos da regulação da inteligência artificial.

Convidados:

- Daniel Oliveira Cajueiro - professor titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB);
- Lucas Ribeiro - fundador e CEO da ROIT;
- Rodrigo Saraiva Marinho - Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado (ILM);
- Juliano Maranhão - professor livre-docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
- Luiz Antonio Vesco Gaiotto – pesquisador;
- Eduardo Moreth - advogado, fundador da startup de IA jurídica Brain Legal; e
- Rafael Reis - Presidente do INPD.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Resultado: [Aprovado](#).

SUBFISC - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DAS ISENÇÕES FISCAIS / *Incluído após envio da Agenda*

Reunião - Tema: Plano de trabalho da SUBFISC.

Resultado: [Realizada](#). [Aprovado o Plano de Trabalho](#).

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PL 2746/2023 - Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituindo o Sistema Nacional de Prevenção ao Crime de Pedofilia Cibernética - Sinape.

Autor: Dagoberto Nogueira (PSDB/MS)

Relator: Delegada Ione (AVANTE/MG)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQ 17/2025 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre a atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional

Convidados:

- Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Representante da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL);
- Representante da Associação Brasileira de Franchising (ABF);
- Representante da Associação Nacional de Restaurantes (ANR); e
- Representante da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA).

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Resultado: [Aprovado.](#)

REQ 18/2025 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre a atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional.

Convidados:

- Representante da Federação Gaúcha para o Desenvolvimento do Varejo (AGV);
- Representante da Federação Varejista do RS;
- Representante Técnico da Fecomércio/SP;
- Representante do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (Sindha);
- Representante do Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre (Sindilojas POA);
- Representante do Sindicato Empresarial de Gastronomia e Hotelaria da Região Uva e Vinho (SEGH);
- Representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de São Paulo (SESCON-SP);
- Representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (SESCON-RS);
- Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL - POA).

Autor: Any Ortiz (CIDADANIA/RS)

Resultado: [Aprovado, com inclusão de representante do Sebrae Nacional.](#)

SUBSNE25 - SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE)

Audiência Pública - Tema: O impacto do Sistema Nacional de Educação (SNE) na autonomia dos entes e aspectos de constitucionalidade.

Resultado: [Realizada.](#)

Quarta-feira (09/07)

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Incluída após envio da Agenda

REQ 88/2025 - Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater o Projeto de Lei nº 270, de 2025, com foco em governança e geopolítica internacional das infraestruturas de Cabos Subaquáticos.

Convidados:

- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério da Defesa;
- Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Keith Schofield, *International Cable Protection Committee* (ICPC);
- Marcos Ferrari, Presidente-Executivo da Conexis Brasil Digital; e
- Representante da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp).

Autor: Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

Resultado: [Aprovado](#).

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / *Incluído após envio da Agenda*

REQ 171/2025 - Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o tema “Racionalidade na regulação das diferentes aplicações da Inteligência Artificial no Setor Saúde: olhar frente a benefícios e riscos”.

Convidados:

- Ministério da Saúde / Sec. de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) / 3ª Diretoria;
- Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) / Núcleo de Inovação Tecnológica (InovaHC);
- Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED);
- Instituto Coalizão Saúde (ICOS); e
- Fundação Getúlio Vargas (FGV) / Escola de Direito de São Paulo.

Autor: Dr. Ismael Alexandrino (PSD/GO)

Resultado: [Aprovado](#)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLP 52/2022 - Altera a lei complementar 147 de 7 de agosto de 2014.

Explicação: altera a lei complementar para acrescentar um membro da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – COMICRO e um membro da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – CONAMPE passam a constar como Confederações representativas no Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Autor: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: [Retirado de pauta, por acordo, a pedido do\(a\) Relator\(a\)](#).

PLP 128/2025 - Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Autor: Mauro Benevides Filho (PDT/CE)

Relator: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação deste, com emenda.

Resultado: [Retirado de pauta, por acordo, a pedido do\(a\) Relator\(a\)](#).

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Comparecimento do Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo

Resultado: [Realizada](#).

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 6119/2023 - Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso fraudulento de inteligência artificial.

Explicação: Trata do crime de “Fraude publicitária com uso de inteligência artificial”, caracterizado como “Criar, utilizar e propagar vídeos de pessoas famosas ou anônimas criados por inteligência artificial com a finalidade de manipular, enganar e induzir a erro consumidores”, com pena de reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Gisela Simona (UNIÃO/MT)

Parecer: Pela aprovação com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania \(CCJC\)](#).

CDU - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PL 1437/2022 - Dispõe sobre a disponibilização pelos órgãos públicos competentes de espaços públicos para a logística reversa.

Explicação: prevê que o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos deve prever a disponibilização de espaços públicos para favorecer e viabilizar as atividades de logística reversa.

Autor: Gustavo Fruet (PDT/PR)

Relator: Cobalchini (MDB/SC)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 386/2023 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para prorrogar a licença-maternidade em até 120 (cento e vinte) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e de sua mãe; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de recebimento do salário-maternidade.

Autor: Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Sanção.](#)

PL 2598/2022 - Institui o Dia 10 de outubro como Dia Nacional de combate a Ludopatia.

Explicação: ludopatia é uma condição médica caracterizada pela compulsão de uma pessoa por jogos de azar.

Autor: Paulo Folletto (PSB/ES)

Relator: Diego Garcia (REPUBLICANOS/PR)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Resultado: [Aprovado. A matéria será remetida ao Senado Federal.](#)

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PL 3021/2011 - Acrescenta o inciso III ao art. 30 da Lei nº 11.196, de 2005, que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica."

Explicação: estabelece que o prazo limite para venda de equipamentos eletrônicos com alíquota zero não se aplica no caso de venda efetuada para pessoas idosas

Autor: Rubens Bueno (CIDADANIA/PR)

Relator: Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

PL 70/2024 - Altera a redação do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para facultar o preenchimento de vagas por pessoa idosa na impossibilidade comprovada de preenchimento por pessoa com deficiência. / *Incluído após envio da Agenda*

Autor: Magda Mofatto (PRD/GO)

Relator: Maria do Rosário (PT/RS)

Parecer: Pela rejeição.

Resultado: [Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

PL 2018/2022 - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações.

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

Parecer: Pela aprovação com Substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, por acordo, a pedido do relator.](#)

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Trabalho \(CTRAB\).](#)

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PL 3666/2021 - Dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica.

Explicação: determina que o Poder Executivo criará um cadastro nacional de pessoas condenadas por violência doméstica ou intrafamiliar, em quaisquer de suas formas, inclusive as relacionadas a crianças e adolescentes e idosos, para consulta pública.

Autor: Professora Dayane Pimentel (UNIÃO/BA)

Relator: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO).

Resultado: [Retirado de pauta, por acordo](#)

CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL / Incluída após envio da Agenda

REQ 92/2025 - Requer realização de Audiência Pública para tratar dos efeitos da inteligência artificial (IA) sobre os direitos humanos, com o foco no desafio de conciliar de forma transversal e interseccional os direitos à saúde, educação, comunicação e segurança pública frente à inovação tecnológica advinda dos sistemas de IA.

Convidados:

- Admirson Medeiros Ferro Júnior, representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos CNDH;
- Ana Mielke – Intervenções;
- Artur Romeu - Repórteres Sem Fronteiras;
- Paula Guedes - Coalizão de Direitos na Rede;
- Jonas Valente - Relatoria especial de IA do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e *Oxford Internet Institute*;
- Paula de Sá - Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos;
- Atahualpa Blanchet - Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados – USP;
- Renata Mieli - Coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil; e
- João Brant - Secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Autor: Reimont (PT/RJ)

Resultado: [Aprovado.](#)

Quinta-feira (10/07)

OUTROS EVENTOS / Incluído após envio da Agenda

Café da manhã - Tema: A Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades realiza café da manhã com o objetivo de promover um debate público, plural e qualificado sobre [PL 1087/2025](#), que trata da reforma na tributação da renda no Brasil. A proposta prevê a isenção do Imposto de Renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil por mês e a tributação de altas rendas e lucros, buscando maior progressividade e justiça fiscal.

Resultado: [Realizada.](#)

SUBSNE25 - SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE)

Audiência Pública - Tema: Mudanças práticas que o Sistema Nacional de Educação (SNE) trará às políticas públicas educacionais em vigor

Resultado: [Realizada.](#)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Audiência Pública - Tema: Sistema Nacional de Educação (SNE)

Resultado: [Realizada.](#)

OUTROS EVENTOS

Sessão Não Deliberativa Solene - Tema: Homenagem aos 75 anos da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Resultado: Realizada.

PLP 1087/2025 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA PARA INSTITUIR A REDUÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO NAS BASES DE CÁLCULO MENSAL E ANUAL E A TRIBUTAÇÃO MÍNIMA PARA AS PESSOAS FÍSICAS QUE AUFEREM ALTAS RENDAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" / *Incluída após envio da Agenda*

Reunião - Tema: Discussão e votação do parecer do relator, dep. Arthur Lira.

PL 1087/2025 - Altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.
Autor: Poder Executivo
Relator: Arthur Lira (PP/AL)
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Resultado: Vista conjunta a todos os membros da Comissão

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (08/07), 14h00

PDL 382/2024 - Aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (Fumin III). / *Incluído após envio da Agenda*
Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relator: Esperidião Amin (PP/SC)
Parecer: Pela aprovação.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

Terça-feira (08/07)

CI - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Audiência Pública e Deliberativa - Tema: Promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais.
Resultado: Realizada.

REQ 60/2025 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 55/2025 - CI seja incluído representante do Tribunal de Contas da União-TCU. / *Incluído após envio da Agenda*
Explicação: O REQ 55/2025 requer a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais.
Autor: Marcos Rogério (PL/RO)
Resultado: Aprovado.

CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Reunião - Tema: Indicação do membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).
Resultado: Realizada. Foi eleito, por aclamação, o senador Hamilton Mourão(REP/RS) para compor a CCAI como membro indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Quarta-feira (09/07)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA

Reunião- Tema: Apreciação da Proposta de [Plano de Trabalho](#) para a Avaliação da Política Pública sobre o tema “Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População”.

Relator: Astronauta Marcos Pontes (SP/PL)

Resultado: Realizada. [Aprovado o Plano de Trabalho.](#)

PL 233/2022 - Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País.

Explicação: a medida busca, entre outros: a) definir como beneficiário final de pessoas jurídicas a pessoa natural que, em última instância, possui, controla ou influencia uma entidade – controle que é definido como possuir ao menos 15% do capital ou do direito de voto naquela entidade, aquele em cujo nome uma transação é conduzida ou aquele que detém ou exerce preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou remover a maioria dos administradores da entidade; b) fixar como responsáveis pela coleta de dados sobre beneficiário final a Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como das Juntas Comerciais, a partir de orientações exaradas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital (SGD); c) sujeitar às obrigações relacionadas à transparência do beneficiário final todas as sociedades civis e comerciais, associações, cooperativas, fundações sujeitas ao direito brasileiro ou estrangeiro que exerçam atividade ou pratiquem atos e negócios jurídicos em território nacional, assim como os representantes de entidades internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade no Brasil; e) prever que informações sobre os beneficiários finais de cada pessoa jurídica devem ser fornecidas com determinada periodicidade e detalhes suficientes para permitir a identificação precisa destes; f) aprimorar os sistemas de preenchimento do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) de pessoas jurídicas, bem como a publicização de informações públicas contidas no QSA devem ser publicadas em formato aberto, estruturado e acessível a todos.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos \(CAE\)](#)